

PROVA SEM CONVICÇÃO

Standards de prova e devido processo

JORDI FERRER-BELTRÁN

Tradução:

VITOR DE PAULA RAMOS

2022





1227360

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo Tel: (11) 3582.5757 • Contato: https://www.editorajuspodivm.com.br/sac

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa e diagramação: Maitê Coelho e Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

Conselho da coleção: Jordi Ferrer, Carmen Vázquez e Luis Felipe Kircher.

Ferrer-Beltrán, Jordi

F385p

Prova sem convicção – *Standards* de prova e devido processo / Jordi Ferrer-Beltrán; (tradução) Vitor de Paula Ramos – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

480 p. (Coleção Raciocinio Probatório)

Inclui Bibliografia ISBN 978-85-442-3824-0

1. Direito Processual Civil. 2. Standards de prova. I. Ramos, Vitor de Paula. II. Título.

CDD 341.464

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1.	As premissas de partida	19
2.	● Estado da questão na legislação processual	23
3.	A necessidade de contar com standards de prova	28
	FORMULAÇÃO DE UM <i>STANDARD</i> DE PROVA: QUISITOS METODOLÓGICOS	41
1.	Primeiro requisito: recorrer a critérios relativos à ca- pacidade justificativa do conjunto probatório sobre as conclusões probatórias que forem estabelecidas	42
2.	Segundo requisito: os critérios que forem utilizados no standard de prova devem cumprir a função de es-	40
	tabelecer um umbral de suficiência probatória	49
	 A suposta impossibilidade de estabelecer critérios que fixem o nível de exigência probatória 	53

15

	2.2.		a conveniência de fixar o umbral de exiprobatória mediante standards	70
		-	Universalismo vs. particularismo na determinação da suficiência probatória	76
3.		•	uisito: o <i>standard</i> de prova deve ser for- orrendo-se a critérios de probabilidade	
	indut	iva, não	matemática	109
	3.1.	Conce	itos de probabilidade	111
		3.1.1.	A probabilidade estatística como modelo de raciocínio probatório	118
		3.1.2.	•	136
		3.1.3.	A probabilidade lógica ou indutiva como	
			modelo de raciocínio probatório	150
4.		-	isito: qualquer processo judicial necessita standards de prova, que devem fixar um-	
	brais	de sufic	iência probatória distintos e progressivos	174
Λ.	HIND	Δ R.A E.N.I	TAÇÃO DO NÍVEL DE EXIGÊNCIA	
			DOS STANDARDS DE PROVA	187
1.	As fu	nções d	los standards de prova	187
	1.1.	Os sta	andards de prova fornecem os critérios de cação das decisões probatórias	188
	1.2.	Os sta	andards de prova cumprem uma função	
	1.2	•	antia para as partesandards de prova distribuem o risco de	193
	1.3.		ntre as partes	197
2.			obre o umbral de suficiência probatória é	240
3.			determinar o umbral de suficiência pro-	
۶.		cs para	acternimar o umorar de suriciencia pro-	261

l.	Introdução
2.	A vinculação conceitual entre prova e crenças do julgador
3.	A motivação das decisões judiciais sobre os fato como exigência do devido processo
	 3.1. Duas concepções da motivação 3.2. •s standards de prova como pré-condição para a possibilidade de motivar as decisões sobre os
	fatos
cc	MO LEGISLAR SOBRE <i>STANDARDS</i> DE PROVA .
CC	Uma estratégia para o desenho processual dos standard
	Uma estratégia para o desenho processual dos <i>standard</i> de prova
1.	Uma estratégia para o desenho processual dos standard de prova
1. 2.	Uma estratégia para o desenho processual dos <i>standard</i> de prova